



ATA N.º 6/2016

DA 1.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2016
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 27 DE JUNHO DE 2016

-----No dia 27 de junho de 2016, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de junho, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º, e na alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Eleição para a Mesa da Assembleia Municipal;*
- PONTO 2 - *Apreciação e votação da proposta referente à 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano em curso;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão Consolidados do ano 2015;*
- PONTO 4 - *Informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta referente à 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Lagos - 2016;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta referente a abertura de procedimentos concursais para constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta referente a isenção do pagamento das taxas urbanísticas pelas obras de requalificação a executar pela Parque Escolar, E.P.E.;*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta referente ao 2.º aditamento aos Acordos de Execução celebrados entre o Município de Lagos e as Freguesias do Concelho;*
- PONTO 9 - *Adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 45 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença
PS	António Marreiros Gonçalves
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)



Fl. 60v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida P. A. Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
TSL	José Alberto Baptista
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa	Sessão Ordinária de junho/2016	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia	Sessão Ordinária de junho/2016	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, nos momentos indicados nesta Ata, os seguintes Membros:



GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PSD	Rita Maria Rodrigues Pires Guerra Ribeiro
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso

-----FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
CDU	Maria Luísa Miranda Matos Cardoso Teixeira - Vereadora

-----ATAS DE REUNIÃO ANTERIORES: Dispensada a sua leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes atas:

-----Ata n.º 6/2015 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 27 de abril de 2015.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que por vezes as suas intervenções não explicitam o que realmente quer transmitir ao plenário, pelo que compreende que não é fácil a elaboração da Ata, relativamente às suas intervenções.-----

-----ENTRADA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Durante esta intervenção, entraram na sala os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)	20.48
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	20.51



Fl. 61v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) fez uma correção, de pormenor, a uma intervenção sua, constante na Ata em apreciação.-----

-----Posto isto passou-se à votação da Ata n.º 6/2015, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	8	3	3	2	1	1	18
ABSTENÇÕES	0	1	0	0	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 39/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Ata n.º 6/2015 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 27 de abril de 2015.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença
PS	António Marreiros Gonçalves
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Valentim (PSD): “A minha abstenção fundamenta-se com base nos argumentos anteriormente apresentados, e designadamente, porque o texto a que se refere a minha intervenção não dá o verdadeiro sentido daquilo que eu pretendia dizer.”-----

-----Ata n.º 7/2015 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 4 de maio de 2015.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 40/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 7/2015 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 4 de maio de 2015.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes



PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)

-----Ata n.º 8/2015 da 3.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 11 de maio de 2015.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) fez uma correção, de pormenor, a uma intervenção sua, constante na Ata em apreciação.-----

-----Posto isto passou-se à votação da Ata 8/2015.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 41/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 8/2015 da 3.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 11 de maio de 2015.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença
TSL	José Alberto Baptista
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)

-----Ata n.º 9/2015 da 4.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 18 de maio de 2015.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) reforçou o que disse na sua primeira intervenção, proferida na presente Sessão, quando foi dado início à apreciação das Atas.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos) disse que não tinha percebido se o que estava escrito nas Atas, relativamente às intervenções do Sr. José Valentim, correspondia, ou não, ao que tinha sido dito por este nas reuniões em causa, pelo que solicitou esclarecimento ao Grupo Municipal do PSD, sobre se o que está escrito corresponde, ou não, ao que foi dito.-

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que as palavras que constam nas Atas em apreciação, relativamente às intervenções do Sr. José Valentim, não refletem o sentido do que foi dito, pelo que teriam que ser feitas grandes alterações, sendo que não fazia sentido estar a propor tais alterações nesta altura em que se estava a apreciar as Atas em Plenário.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) sugeriu que a Ata ficassem suspensa para que



Fl. 62v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

pudessem ser feitas as devidas alterações.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), disse que não tendo o interessado feito tal proposta a Ata iria ser colocada à votação.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse não se rever no que está escrito, relativamente às suas intervenções, por isso anunciou a sua abstenção na votação da presente Ata.-

-----Posto isto passou-se à votação da Ata n.º 9/2015, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	11	3	3	2	-	1	20
ABSTENÇÕES	0	1	0	0	-	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	-	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 42/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Ata n.º 9/2015 da 4.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 18 de maio de 2015.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
TSL	José Alberto Baptista
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Valentim (PSD): “A abstenção se fundamenta com base em que o texto referente à minha intervenção nesta Ata, no meu entendimento não reflete o sentido que eu quis dar.”-----

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** O Sr. Augusto Guerreiro voltou a colocar o problema que tem com o Hostel junto à sua habitação, sito no n.º 48 da Rua Dr. António Guerreiro Tello, uma vez que lhe foi dada a garantia de que o assunto ia ser resolvido durante o Inverno e tal não se verificou. Referiu que estando na época alta de Verão, o problema voltou a agravar-se, pelo que perguntou se a situação é de tal difícil resolução, pois queria continuar a dormir tranquilo sem sobressaltos a meio da noite, ao ponto de ter que ir dormir para outro local sem condições. Disse que tinha solicitado uma reunião à Sra. Presidente da Câmara Municipal, havia 2 meses, mas até à data não tinha sido contactado para a realização da reunião solicitada. Terminou dizendo ser uma pessoa doente, com problemas cardíacos, estando toda esta situação a afetá-lo bastante.-----

-----O Município Sr. António Santos, começou por dizer que não compreendia o porquê de serem iniciadas obras em pleno período de Verão em algumas ruas do Centro Histórico. Referiu que o cheiro junto ao Mercado da Avenida é incomodativo porque os restos do peixe são colocados nos contentores situados em



frente a uma das portas do Mercado. Disse que o Edifício do Mercado dos Escravos tinha grades, as quais, com a requalificação do equipamento, foram retiradas, só que isso faz com que o pátio do edifício se torne um dormitório de sem abrigo. Perguntou o que se tinha passado para que a frase que estava na fonte cibernética: “tudo vale a pena se a alma não é pequena”, tivesse sido retirada do local. Disse que as lajes da Praça do Infante carecem de reparação. Referiu que o problema dos Índios da Meia Praia dura há 40 anos, pelo que não percebe o porquê de tanto tempo a resolver o problema dos arruamentos. Disse que existem diversos problemas a nível de piso de arruamentos de Lagos e de instalações sanitárias públicas. Referindo-se à Assembleia Municipal, disse nunca ter visto uma Assembleia Municipal com tanta falta de nível, afirmando que a Assembleia Municipal, envergonha a cidade de Lagos, sendo o principal culpado de tal situação o seu Presidente, Paulo Morgado, uma vez que demonstra, constantemente, falta de democracia, defendendo apenas os Membros do PS. Disse que os Órgãos do Município não dão resposta aos munícipes de Lagos pelo que se estas atitudes continuarem no futuro, tudo tem que ser mudado.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referindo-se à intervenção do Sr. Augusto Guerreiro, lamentou a situação e disse que tanto o Município como a Assembleia Municipal, merecem uma resposta, por parte da Câmara Municipal, sobre o assunto colocado.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) reforçou as preocupações demonstradas pelo Sr. José Manuel Freire, relativamente ao assunto colocado pelo Sr. Augusto Guerreiro. Acrescentou que as faltas de respostas, por parte da Câmara Municipal, aos cidadãos e à própria Assembleia Municipal, demonstram desrespeito pelos cidadãos e pela Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) começou demonstrar concordância com o que tinha sido dito pelos dois Membros da Assembleia Municipal que tomaram a palavra antes de si. Disse que a situação colocada pelo Sr. Augusto Guerreiro, tem vindo a arrastar-se pelo tempo, esperando que o assunto se resolva num curto espaço de tempo. Terminou colocando o Grupo Municipal e o Vereador do PSD à disposição do município, caso este considere o contributo do PSD pertinente para solução do problema.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, dirigindo-se ao Sr. Augusto Guerreiro, sobre o seu pedido de reunião, disse que este Município se encontra na mesma situação dos muitos cidadãos que solicitaram uma reunião com a Presidente da Câmara Municipal de Lagos, mas que ainda não viram satisfeita tal pretensão por falta de disponibilidade de agenda da Presidente da Câmara Municipal. Informou que o Sr. Vice-Presidente, está a acompanhar a situação. Relativamente à intervenção do Sr. António Santos, disse que as questões colocadas já tinham sido respondidas ao cidadão, na Reunião de Câmara.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, relativamente ao assunto exposto pelo Sr. Augusto Guerreiro, disse que o assunto está a ser averiguado, sendo que já tinha sido feita uma ação de fiscalização no local, estando os serviços técnicos a avaliar todo o processo, no entanto ainda não tinha sido



Fl. 63v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

possível tomar uma decisão final sobre o assunto. Lamentado a situação, disse que tudo está a ser feito, por parte da Câmara Municipal, para que o assunto seja resolvido o mais breve possível.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 146/2016 a 262/2016, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 120/2016 a 194/2016, inclusive.-----

-----INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A Constituição da República Portuguesa (CRP) proclama que todos os cidadãos têm direito à educação, com garantia do direito à igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares. No seu Artigo 75.º, a CRP determina que compete ao Estado a criação de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população, o que não dispensa de, ao mesmo tempo, reconhecer e fiscalizar o ensino particular e cooperativo, no respeito pela Lei. A Lei de Bases do Sistema Educativo determina que é da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo a todos os portugueses a liberdade de aprender e ensinar, com tolerância para as escolhas possíveis, mas abstendo-se de impor diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas, pelo que o ensino público não pode ser confessional. A massificação do ensino proporcionada pelo fim da ditadura fascista, e promovida desde a primeira hora, pela Revolução de Abril, criou naturalmente dificuldades aos Governos da democracia na concretização do imperativo constitucional de criação de uma rede de escolas públicas que cobrisse todo o País. Com o fim de ultrapassar essa dificuldade, o Estatuto das Escolas do ensino Particular Cooperativo, aprovado pelo DL 553/80, instituiu os contratos de associação, a serem celebrados com escolas particulares situadas em zonas carecidas de escolas públicas. Em 2015, procurando concretizar um projeto neoliberal de criação de um mercado educativo alargado e concorrencial, o Governo PSD/CDS celebrou contratos de associação com colégios privados que não correspondiam a carências da rede e visavam financiar esses colégios, em prejuízo do investimento necessário e legalmente imperativo que o Estado tem que fazer na Escola Pública. O Ministério da Educação decidiu agora repor a legalidade e só permitir a celebração de novos contratos a partir de 2016/2017 quando se verificar manifesta incapacidade de a Escola Pública dar resposta às necessidades da população escolar, medida que tem tido uma violenta oposição da Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – AEPP. Face ao exposto os eleitos da CDU propõem que: A Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 27 de junho de 2016 delibere: 1. Manifestar o apoio às medidas que visem repor a legalidade e moralizar a celebração dos contratos de associação enquanto instrumento supletivo da Escola Pública; 2. Repudiar a campanha de desinformação brutal promovida pela Associação de Escolas do Ensino Particular, com o acompanhamento cúmplice do PSD e do CDS e com a cobertura mediática de alguns órgãos de comunicação social, com o objetivo



de descredibilizar a Escola Pública e os seus profissionais; 3. Exigir do Governo, o conjunto de medidas que visem concretizar um investimento consentâneo com o desígnio constitucional de garantir uma Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade para todos os Cidadãos e assim garantir o acesso à educação e ao conhecimento a todas as crianças e jovens do nosso Concelho. 4. Enviar esta Moção: - Presidente da República; - Primeiro-Ministro; - Ministro da Educação; - Federação Nacional dos Professores (FENPROF).”-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o PSD não concordava com o seguinte considerando: “Em 2015, procurando concretizar um projeto neoliberal de criação de um mercado educativo alargado e concorrencial, o Governo PSD/CDS celebrou contratos de associação com colégios privados que não correspondiam a carências da rede e visavam financiar esses colégios, em prejuízo do investimento necessário e legalmente imperativo que o Estado tem que fazer na Escola Pública.”, da Moção.---

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que a linha ideológica, em 2015 era direcionar verba da parte pública para a privada e isso verificou-se e refletiu-se na formação de turmas para o ano letivo 2015/2016, no ensino público.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que o tipo de linguagem agressiva, verificado na Moção em apreço, não ajuda a resolver este problema. Referiu que tanto os Governos PSD como PS foram responsáveis pela criação de estabelecimentos de ensino particular. Disse ser defensor do ensino público, não fazendo sentido haver colégios financiados pelo Estado, no entanto estes estabelecimentos privados, financiados pelo Estado têm práticas que deviam ser adotadas pelo ensino público. Referiu que este problema não se resolve de um dia para o outro, nem com conflitualidade.-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) anunciou o voto favorável na Moção, por concordar com todo o contudo explanado na mesma.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que esta matéria exige debate e não pode ser vista com a exclusividade que o documento apresenta. Disse esperar que o bom senso impere e que a escola pública volte a ser matriz essencial republicana do regime democrático português. Referiu que não pode ser aberta uma rutura que pode ser prejudicial para a escola em geral. Anunciou a abstenção na votação.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a intervenção da CDU veio reforçar a posição do PSD, relativamente ao paragrafo já referido, da Moção.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que apesar das medidas tomadas pelo Governo, continua a existir situações que desrespeitam a regra. Referiu que as medidas tomadas pelo PS não são unânimes, uma vez que há muitos autarcas socialistas que apoiam a manutenção dos colégios.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse que ao contrário do que foi feito com as Freguesias, onde um governante do PSD tinha cortado tudo a direito, o atual Governo não está a cortar tudo a direito. Referiu que onde há salas vazias no público, não pode haver colégios privados a serem financiados, e onde existem falta de 2 ou 3 salas no ensino público e existe um colégio privado com salas disponíveis, não se vai construir uma escola pública.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse concordar com a intervenção do Sr. José



Fl. 64v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

Santos, só que o referido por este não está relacionado com o conteúdo do documento em apreciação. Afirmou que o PSD é a favor da escola pública, da escola privada e da escola cooperativa, ou seja, para o PSD o importante não é a quem pertence a escola, mas sim a qualidade do ensino. Disse que a Moção da CDU é um documento de natureza política e pretende o reforço da escola pública, sendo essa uma das razões pela qual o PSD não iria subscrever o documento.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o documento apresentado se debate por um preceito constitucional, pelo que se admirou com a restante conversa para além da defesa e reforço da escola pública. Referiu que a escola pública e a escola cooperativa têm o seu espaço e ninguém o quer tirar, mas não pode é estar a ser subsidiada quando ao lado existem escolas públicas vazias. Disse que o que é feito na Assembleia Municipal é política e por isso existem posições contrárias. Referiu que este assunto está discutido pela sociedade e as posições estão tomadas e são conhecidas.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que a política é isto. Referiu que em Lagos existem duas ex-escolas públicas, abandonadas, no entanto nasceram novas salas e isso é um desperdício de dinheiros públicos.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	0	0	3	0	1	16
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	1	0	4
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	0	5

-----**DELIBERAÇÃO N.º 43/AM/2016:**

-----**Aprovado**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.--

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A União Europeia prossegue – sob um manto de secretismo, não permitindo o escrutínio democrático do processo – as negociações com os Estados Unidos da América sobre a «Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento», vulgarmente denominada Tratado Transatlântico ou TTIP. Estas negociações decorrem a par de outros processos negociais que visam a conclusão de acordos com igual natureza e objetivos, como o Acordo sobre Comércio em Serviços (TISA) ou o Acordo Económico e Comercial Global (CETA), entre o Canadá e a União Europeia. Estes acordos, e em particular o TTIP, têm como principal objetivo avançar ainda mais na liberalização do comércio e serviços, tentando eliminar quaisquer barreiras ao domínio das grandes multinacionais sobre as economias de Estados soberanos. A concretizar-se, o TTIP representaria um retrocesso para os direitos e rendimentos dos trabalhadores, nomeadamente, cingindo-os ao enquadramento jurídico dos direitos laborais nos EUA, País que não é signatário de várias convenções internacionais sobre o trabalho. O TTIP seria utilizado para promover a liberalização e privatização dos serviços públicos em áreas como a educação, a água, a energia, os resíduos sólidos bem como serviria para a para aprofundar a mercantilização da cultura, colocando em causa



direitos sociais arduamente conquistados pelos povos. O TTIP aprofundaria ainda mais a liberalização dos serviços financeiros, da circulação de capitais, com a consequente diminuição de mecanismos de controlo, supervisão e salvaguarda. O TTIP significaria para diversos Estados – como o português – a imposição de significativos recuos nos padrões de exigência e controlo na área da segurança e higiene alimentar, assim como no campo ambiental, abolindo regras em áreas como a obrigatoriedade de avaliações de impacto ambiental ou o princípio da precaução. Sobrepondo os lucros e interesses das multinacionais à defesa de direitos essenciais e a legítimas decisões democráticas e soberanas em defesa do interesse público e nacional, o TTIP introduz mecanismos que atribuem às multinacionais o poder de processar os Estados. Deste modo, o TTIP é um projeto que, a concretizar-se, encerraria sérias ameaças para os direitos sociais e laborais, diversos setores da economia nacional, para a saúde pública, a qualidade ambiental e as condições naturais, para a democracia e a soberania nacional. Este acordo enfrenta a crescente oposição de largos sectores da população e de organizações sociais e políticas que, em diversos países, levantam a sua voz contra o TTIP. Face ao exposto os eleitos da CDU propõem que: A Assembleia Municipal de Lagos reunida em 27 de junho de 2016 delibere: 1 – Rejeitar, em nome da defesa do desenvolvimento do País, dos interesses dos trabalhadores e povo português e da soberania e independência nacionais, os objetivos e conteúdo inscritos no TTIP e recomenda ao Governo uma intervenção junto da União Europeia no sentido do abandono deste processo negocial; 2 – Considerar indispensável a divulgação do conteúdo, da natureza e dos objetivos do TTIP e requer ao Governo a informação sobre a sua posição no andamento das respetivas negociações. 3 – Em qualquer caso, considerar que o TTIP – como outros acordos de livre comércio e serviços em negociação pela União Europeia – deve ser obrigatoriamente sujeito a processo de ratificação vinculativo pela Assembleia da República. 4 – Dar conhecimento desta Moção: - Presidente da República; - Assembleia da República; - Primeiro-Ministro; - Órgãos de Comunicação Social.”-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o PSD discordava da Moção uma vez que é favorável ao livre comércio entre países desenvolvidos. Referiu que o que é preocupante é o livre comércio com países que praticam o dumping social. Disse que este tipo de protecionismos, faz lembrar algum do protecionismo que se verificou no Estado Novo.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que as regras de mercado devem ser iguais para todos, não devendo resultar das mesmas diminuições das políticas sociais, nem as garantias do direito ao trabalho. Referiu que deve existir concorrência, mas a mesma tem que ser justa.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que uma vez que o PCP apoia o atual Governo, julgava que a CDU tivesse conhecimento sobre o andamento das negociações, pelo que o solicitado no ponto 2 da Moção, lhe deixa dúvidas.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse que as negociações estão a ser feitas a nível da União Europeia e não pelo Governos diretamente, pelo que é levantada a dúvida de que, se isto é bom para todos porque é que existe tanto segredo.-----



Fl. 65v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que melhor que o PCP será o CDS para responder ao Sr. José Alberto Baptista, uma vez que este foi eleito por uma coligação com a participação do CDS e este assunto começou a ser tratado pelo anterior Governo PSD/CDS.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) acredita que o atual Governo sabe do que está a ser negociado e isso deve ser de conhecimento de todos.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que a CDU gosta muito de jogos de evasão. Referiu que quem assina a Moção são os eleitos da CDU.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	3	3	0	1	7
ABSTENÇÕES	12	0	0	0	1	0	13
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	0	5

-----**DELIBERAÇÃO N.º 44/AM/2016:**

-----**Aprovado**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.--

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta de Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A Assembleia da República instituiu o dia 26 de abril como o Dia da Produção Nacional, com o objetivo de sensibilizar a população para a importância social e económica da produção nacional e contribuir para a retoma do abastecimento público por produtos alimentares produzidos no nosso País, com redução das importações, melhoria do deficit comercial, criação de postos de trabalho e promoção e incentivo ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas do sector. Acontece que a dependência alimentar que Portugal vem apresentando nos últimos anos em relação ao exterior, sendo gravíssima para a economia do País, refletiu-se diretamente na liquidação de muitas produções agrícolas e piscatórias, com muitos portugueses a serem obrigados a abandonar as suas atividades, confrontando-se com a ausência de formas de subsistência, com o desemprego e tendo a emigração como única alternativa. Este panorama representou graves consequências reais no abandono agrícola e das pescas e no estrangulamento destes sectores, pois atualmente o nosso País importa mais de 2/3 da alimentação de que necessita. Neste contexto, tudo o que contribuir para o escoamento dos nossos produtos nacionais terá reflexos diretos no apoio à nossa produção, mas também para a soberania e segurança alimentares, considerando ainda que a promoção do consumo de produtos nacionais é uma das formas de dinamizar a nossa economia, valorizar a produção nacional, contribuir para a soberania alimentar do País e, de forma muito significativa, para a melhoria dos hábitos alimentares e qualidade de vida da população. Das mais importantes formas de contribuir para estes desideratos, será a utilização de produtos nacionais, com preferência para os de proveniência local, nas cantinas municipais e nos refeitórios escolares, considerando a influência da população escolar na transmissão para a família destes hábitos de boa alimentação. Neste sentido, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 27 de



junho de 2016, delibere recomendar à Câmara Municipal: 1 - Reconhecer as vantagens económicas e culturais de o Município de Lagos apoiar o consumo de produtos alimentares saudáveis de origem nacional, preferencialmente de proveniência local. 2 - Apoiar a divulgação de produtos de origem nacional e local, promovendo ações de sensibilização, junto da população em geral e da comunidade escolar em particular. 3 - Promover junto das diversas entidades envolvidas, o consumo de produtos nacionais nas cantinas municipais e nos refeitórios escolares. 4 - Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que Proposta de Recomendação não tem enquadramento legal, pelo que era do entendimento de que a mesma não deveria ser votada, uma vez que atenta contra as leis da concorrência.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse ter dúvidas sobre o que foi afirmado pelo Sr. Jorge Ferreira, uma vez que este mesmo assunto foi alvo de diversas aprovações sobre o consumo local, pela Assembleia da República.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Proposta de Recomendação, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	0	0	3	1	1	17
ABSTENÇÕES	0	5	3	0	0	0	8
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 45/AM/2016:**

-----**Aprovado**, por maioria, a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Saudação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagos foi fundada em 24 de julho de 1886, celebrando assim, no próximo mês 130 de anos de existência. Os Bombeiros fazem um trabalho exemplar em prol do País e de todos os portugueses, arriscando a própria vida para a proteção de pessoas e bens, muitas vezes trabalhando com parcas condições de trabalho. Fazendo esta evocação geral, não podemos deixar de referir a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagos, os seus dirigentes e o corpo de bombeiros, homens e mulheres que ao longo de 130 anos têm dedicado grande parte da sua vida ao serviço da comunidade, estando sempre disponíveis para auxiliar e proteger a população. Os Bombeiros assumem com coragem inúmeras tarefas humanitárias em prol dos cidadãos, desde o combate aos incêndios florestais, aos incêndios urbanos, ao transporte de doentes, ao socorro em acidentes, a inundações e a naufragos, emissão de pareceres técnicos em matérias de prevenção e segurança, e sensibilização em estabelecimentos de ensino, entre outras. No combate aos incêndios, o desempenho dos Bombeiros lacobrigenses tem sido fundamental para minimizar riscos e salvar populações e bens. Considerando que a instituição do Dia Municipal do Bombeiro por parte dos Órgãos Municipais de Lagos, será uma justa e mais do que merecida homenagem a todos os homens e mulheres que muito têm feito para contribuir para o bem-estar e segurança das populações, sendo também



Fl. 66v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

um reconhecimento público pela coragem, dedicação e empenho que estes homens e mulheres colocam diariamente ao serviço de todos nós. Por todos estes motivos, os Bombeiros merecem o nosso reconhecimento, louvor, respeito e consideração, razão pela qual a CDU propõe que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 27 de junho de 2016, delibere: 1 - Saudar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagos pela passagem dos seus 130 anos, no próximo dia 24 de julho e por seu intermédio todos os homens e mulheres que ao longo dos tempos têm contribuído para o engrandecimento desta instituição; 2 - Que a Assembleia Municipal de Lagos manifeste desde já o seu apoio à instituição do Dia Municipal do Bombeiro; 3 - Recomendar à Câmara Municipal de Lagos a instituição do DIA MUNICIPAL DO BOMBEIRO, em data a definir com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagos, como forma de reconhecimento público pela coragem, dedicação e empenho que estes homens e mulheres colocam diariamente ao serviço de todos nós; 4 - Dar conhecimento desta deliberação à Associação Humanitária do BVL, ao Comando dos Bombeiros e aos Órgãos autárquicos do Concelho; 5 - Divulgar esta deliberação junto dos órgãos de comunicação social.”-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da Saudação.-----

-----DELIBERAÇÃO N.º 46/AM/2016:

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Saudação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Saudação, apresentada pelo Grupo Municipal da BE: “Foi há 100 anos que as paróquias civis passaram a ter a denominação oficial de Freguesias. Com a Lei n.º 621, de 23 de junho de 1916, passou a designar-se por “Junta da Freguesia” o corpo administrativo até então designado junto de paróquia. A Constituição da República aprovada em 2 de abril de 1976 estabeleceu no seu Artigo 237.º e seguintes que a organização democrática do Estado compreende a existência de Autarquias Locais, como as Freguesias. As Freguesias têm sido um espaço fundamental de afirmação territorial, de representação política e de debate democrático. Mas apesar de desempenharem funções cada vez mais relevantes no apoio às populações, as Freguesias não têm tido o adequado reforço das competências legais nem dos meios financeiros. Contrariamente à imagem difundida pelos adversários do poder local, as transferências do Orçamento do Estado para o conjunto das Freguesias, através do Fundo de Financiamento das Freguesias, têm sido claramente insuficientes. Se em 2010 atingiram o montante global de 211 milhões de euros, nos anos seguintes baixaram para 184 milhões de euros, o que corresponde a 0,13% do orçamento do Estado. Tendo em conta o papel insubstituível das Freguesias na representação das populações e como espaço de decisão democrático das respetivas comunidades, a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 27 de junho de 2016, delibera: 1 - Saudar o 100.º Aniversário da criação da Lei n.º 621, de 23 de junho de 1916, em que as paróquias civis passaram a ter a denominação oficial de Freguesias. 2 - Manifestar a vontade de que sejam reforçadas as competências e os recursos das Autarquias Locais. 3 - Enviar esta Saudação aos órgãos de comunicação social.”-----



-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse ter gostado muito do documento apresentado. Referiu que a Assembleia Municipal podia elaborar um documento no sentido das competências financeiras das Juntas de Freguesia, serem reforçadas no próximo Orçamento da Autarquia.-----

-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) agradeceu a apresentação do documento. Referiu que as Freguesias têm um papel importante, fazendo a ligação entre a população e o Poder Autárquico. Terminou sugerido a aprovação da Saudação por aclamação.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Saudação.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 47/AM/2016:**-----

-----**Aprovada**, por unanimidade e aclamação, a Saudação apresentada pelo Grupo Municipal do BE.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta de Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da BE: “Em setembro de 1990, Portugal ratificou a Convenção Sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em novembro de 1989. De acordo com a Convenção uma criança é “todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da Lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”. A todas as crianças é reconhecido o direito ao repouso, aos tempos livres e a participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade, devendo os Estados respeitar e promover estes direitos bem como o acesso em condições de igualdade (Artigo 31.º). Às crianças com deficiência é assegurado o direito a uma vida plena e decente em condições que garantam a sua dignidade, favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua participação ativa na vida da comunidade. Uma parte essencial do desenvolvimento da criança passa pelo direito a brincar, como a própria Convenção reconhece. Para que tal direito se possa concretizar, o Estado deve promover condições que permitam a efetivação desse direito, seja em parques infantis, jardins, parques recreativos ou outras infraestruturas de apoio à infância. Sendo certo que muito se tem progredido no que concerne à disponibilização de parques infantis com condições adequadas para as crianças e que garantam a sua segurança, há ainda muito a fazer para assegurar a existência de parques infantis que permitam que todas as crianças possam lá brincar. De facto, são ainda muito poucos os parques infantis inclusivos, permitindo a sua utilização por crianças com deficiência o que conduz a uma evidente discriminação: crianças com deficiência é-lhes cortado o direito a brincar nos parques infantis, condenando-as a ver outras crianças brincar. É necessário encarar esta realidade de frente e fazer o caminho que é premente de garantir, desde a infância, a inclusão das crianças com deficiência. E não se inclui excluindo estas crianças de contextos recreativos e lúdicos, como são os parques infantis. As Câmaras Municipais têm aqui um papel determinante devendo ser promotoras de inclusão e não agentes que fomentam a exclusão; garantir a existência de parques infantis acessíveis é um passo fundamental no longo caminho da inclusão que tem que ser feito. Neste sentido, o Bloco de Esquerda exorta a Câmara Municipal de Lagos a proceder a uma avaliação dos parques infantis da sua responsabilidade, identificando condições de acessibilidade e procedendo a uma



Fl. 67v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

calendarização tendo em vista a adaptação dos parques e equipamentos de modo a que sejam adaptados a crianças com deficiência. A Assembleia Municipal de Lagos, reunida em Sessão Ordinária no dia 27 de junho de 2016, delibera: 1 - Recomendar à Câmara Municipal de Lagos a realização de uma avaliação às condições de funcionamento, acessibilidade e manutenção dos equipamentos dos parques infantis que se encontram sob responsabilidade desta Câmara Municipal. 2 - Exortar a Câmara Municipal a proceder a uma calendarização tendo em vista a adaptação dos parques infantis a crianças com deficiência. 3 - Recomendar à Câmara Municipal que a zona circundante dos parques infantis seja adaptada a pessoas com deficiência (estacionamento, piso rebaixado, pavimento adequado...).”-----

-----O Sr. José Santos (BE) fez a respetiva apresentação do documento.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a presente recomendação vinha complementar uma outra apresentada pelo PSD, noutra Sessão, a qual foi aprovada. Anunciou o voto a favor do PSD na Proposta de Recomendação apresentada pelo BE.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos) disse que apesar de lamentar a apresentação de tal sugestão depois da avaliação feita pela Câmara Municipal aos parques infantis, o PS subscrevia o documento apresentado pelo BE.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Proposta de Recomendação.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 48/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do BE.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da BE: “Tendo em conta os seguintes argumentos: Consideramos ser da maior importância para o Município de Lagos a legalização de uma zona naturista, como suporte de uma realidade com inícios na década de 70. Uma das principais razões é o facto de a região algarvia oferecer condições climáticas e naturais ímpares na Europa, para além de criar condições de segurança aos naturistas praticantes da modalidade e que procuram, no clima do sul da Europa, um espaço adequado ao seu estilo de vida. O movimento tem potencialidades como Turismo Naturista para a economia nacional e, regional que, com o seu clima, tem todas as condições naturais para se tornar uma referência a nível mundial, podendo absorver uma larga fatia dos 60 milhões de turistas naturistas existentes na Europa e nos Estados Unidos. Nesse sentido, o Bloco de Esquerda em colaboração com o Clube Naturista do Algarve, ciente da necessidade de contribuir para o desenvolvimento do turismo numa base sustentada e com preocupações ambientais, promovendo a segurança e dignidade dos naturistas e cuja génese de raiz familiar que pretendem preservar, pensamos que seria da maior importância a criação de uma zona naturista na Meia Praia. O Bloco de Esquerda relembra que a prática naturista se encontra consignada na Lei portuguesa nomeadamente na Lei n.º 53/10 e que o Naturismo se destina a proporcionar ao Homem um ambiente de bem-estar físico e de saúde mental, onde a nudez social se enquadra no respeito por si próprio, pelos outros e pela natureza. A Assembleia Municipal de Lagos, reunida



em Sessão Ordinária no dia 27 de junho de 2016, aprova o seguinte: - Que a Câmara Municipal de Lagos avance na criação do espaço destinado ao naturismo ainda nesta época balnear.”-----

-----O Sr. José Santos (BE) fez a respetiva apresentação do documento.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que não se opunha à Moção apresentada. Referiu que o assunto teria que ser analisado com algum cuidado, pelo que anunciou a sua abstenção.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que apesar de concorda com a existência de uma zona naturista no Concelho de Lagos, iria-se abster por ter dúvidas da localização sugerida.-----

-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que o Grupo do PS iria votar livremente, relativamente ao assunto em apreciação. Referiu concordar com o sugerido, vendo benefícios para a zona, sendo que no mesmo local o naturismo é praticado há vários anos. Disse que este processo tem qua passar por muitas entidades, antes de vir à Assembleia Municipal para uma deliberação final.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que depois de ouvir a opinião do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, ira mudar o seu sentido de voto e iria votar a favor.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que iria votar contra e depois da intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, se pudessem votar a dobrar, votaria, uma vez que foi reconhecido que o naturismo tem vindo a ser praticado, na Meia Praia, ilegalmente. Referiu que a Meia Praia não é o local adequado para a prática do naturismo, existindo, no Concelho, praias mais propicias para o efeito.-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) disse ser a favor da prática do naturismo, no entanto não concorda com a localização proposta.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse que há todo o interesse em que as pessoas que praticam o naturismo, estejam em zonas autorizadas para o efeito. Em relação ao local proposto, disse que o mesmo não é de fácil acesso.-----

-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) achou estranho que o um ex-Presidente de Câmara, como o Sr. José Valentim, não saber que já há muitos anos que é praticado naturismo na Meia Praia.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que toda esta discussão terá que ser feita aquando da aprovação final, sobre o assunto, por parte da Assembleia Municipal, e neste momento essa fase ainda está longe. Referiu ter conhecimento de que este assunto já tinha sido abordado pela Câmara Municipal, pelo que seria de todo o interesse saber o que está a ser feito pela Câmara Municipal relativamente ao assunto.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse ser a favor da prática do naturismo, mas, no entanto, não concordava com a localização proposta. Uma vez que o assunto ainda não estava pronto para uma decisão final da Assembleia Municipal, anunciou a sua retirada da sala aquando da votação da Moção em apreciação.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que seria de todo o interesse saber o que está a ser feito por parte da Câmara Municipal sobre o assunto, no entanto nada



Fl. 68v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

impede que a Assembleia Municipal dê a conhecer a sua posição sobre o assunto à Câmara Municipal.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que o conceito de liberdade não é um conceito ilimitado. Referiu que enquanto Presidente da Câmara Municipal, não teve conhecimento da prática de naturismo na Meia Praia. Disse ser a favor do naturismo, mas no local proposto não concorda com tal prática. Referiu ser inútil a Câmara estar a desenvolver trabalho no sentido de criar uma parte da Meia Praia como zona naturista, se a Assembleia Municipal achar que o local não é apropriado para o efeito.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse que qualquer pessoa, não praticante do naturismo, pode frequentar uma zona de naturismo. Referiu que o local, foi indicado porque já é utilizado para tal, há alguns anos, ou seja, é uma questão de legalizar o que já existe.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que a isto chama beneficiar o infrator.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse que por essa ordem de ideia, o aborto não devia ter sido legalizado.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que este assunto já tinha sido abordado pela Câmara Municipal, tendo o mesmo seguido para recolher os pareceres obrigatórios por lei, sendo que até à data os pareceres ainda não tinham sido remetidos para a Câmara Municipal. Referiu que só depois é que o assunto virá à Assembleia Municipal para decisão final.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que o importante é saber qual a vontade do Governo Local sobre o assunto.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	5	0	1	3	1	1	11
ABSTENÇÕES	5	3	2	0	0	0	10
VOTOS CONTRA	2	1	0	0	0	0	3

-----**DELIBERAÇÃO N.º 49/AM/2016:**

-----**Aprovado**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE.-----

-----Não participou nesta votação, por se encontrar ausente da Sala, o Sr. Fernando Marreiro (PSD).-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 42 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 23.02 horas.--

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada à votação a Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 50/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - ELEIÇÃO PARA A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** O Sr.



Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Morgado (PS), face aos pedidos de demissão apresentados na última Reunião da Assembleia Municipal, apresentou a sua demissão, pelo que foi assim aberto um período eleitoral para eleição da Mesa da Assembleia Municipal.-----

-----A Sra. Sónia Melo (PS) disse que o PS, depois da demissão dos Secretários da Mesa, tinha falado com todos os Grupos Municipais no sentido de ser apresentada uma Lista pluripartidária, para a Mesa da Assembleia Municipal, sendo que nenhum Grupo demonstrou disponibilidade para tal, por diversas, pelo que apresentou a seguinte Lista para a Mesa da Assembleia Municipal: - Presidente: Paulo Morgado; 1.ª Secretária: Sónia Melo; 2.ª Secretária: Ana Cristina Olivença.-----

-----O Sr. José Santos (BE) sugeriu um intervalo de cinco minutos para apreciação do assunto.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse concordar com a sugestão do Sr. José Santos. Afirmou que o PS não tinha falado com a sua pessoa, sobre o assunto.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse concordar com a interrupção da Reunião para que seja analisada a situação.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse lamentar o facto da posição do Sr. Presidente da Mesa sobre o assunto, só ter sido dada a conhecer nesta altura, uma vez que tal facto condicionou todo o processo eleitoral, quando, publicamente, tinha assumido a sua recandidatura à Mesa da Assembleia Municipal. Referiu que o PS contactou os Grupos, mas não da maneira mais correta, situação que igualmente lamentou.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 23 horas e 09 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 23.27 horas.--

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) fez a seguinte intervenção, a qual tinha o título - Memória de um Presente e de um Futuro indesejados (mistificação, manipulação num Município agrilhado e de futuro hipotecado). “Não é novidade para ninguém que entre os defeitos que se podem apontar à nossa democracia atual estão, entre outros, o facto de: “À medida que se vão indicando as carências ou insuficiências dos sistemas políticos ocidentais enraizados num regime democrático, vamos encontrando também aquelas que mais obviamente correspondem às do regime português: a apropriação dos assuntos públicos por interesses particulares (políticos ou extrapolíticos) que os pervertem, a degradação institucional levada a cabo por interpretações hegemónicas de alguns atores políticos, a dificuldade em ceder à agenda demagógica que torna a gestão política numa gestão de curto prazo. (...)” Miguel Morgado – Deputado do PSD. A esta realidade e com ela relacionada, está o facto de que: “O pior da democracia é que, ao depender de nós, depende das nossas imperfeições. Acredito que a legitimação da democracia nasce das contas que prestamos a todos, de forma transparente e completa, e por isso defendo que o pior da democracia é a destruição dessa legitimidade, através da corrupção e da falta de transparência, e também através da auto-desresponsabilização.” Ana Catarina Mendes – Deputada e Secretária-geral adjunta do Partido Socialista. Estes dois pensamentos de diferentes sensibilidades ideológicas não descentram, apesar disso, o cerne dos problemas da democracia, hoje. Por isso, as citamos e subscrevemos. De



Fl. 69v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

facto, ao longo destes mais de dois anos de mandato que temos tentado a reflexão sobre estas matérias, mas vivemos num Município onde os dirigentes do Partido Socialista expiam a sua auto-desresponsabilização atirando pedras para a crise, para o governo PSD, e para a Troika, mas esquecem-se dos seus mais de 15 anos, contínuos, na gestão municipal e no quanto, ao longo desses anos, tem desbaratado recursos retirados aos cidadãos e ao tecido económico, para obras de fachada e ações eleitoralistas, tornando mais difícil o presente das pessoas e das empresas (salvo as protegidas do regime) e hipotecando as gerações futuras, desperdiçando as elevadas competências e prometedoras capacidades das novas gerações saídas das nossas escolas secundárias e universidades, para contratar burocratas em função de ligações ao partido socialista, como do contratado formador para ensinar empreendedorismo. Matéria que se apreende por transmissão de exemplos e experiências, cujo patrocínio estaria bem entregue a uma associação empresarial ou comercial, mas não a uma Câmara. Para não haver tentação da contradição ou do paradoxo, temos um município onde se tenta quebrar as lealdades dos que se lhe opõem e se usa da mistificação, manipulação e da demagogia, como processo de encobrimento de comportamentos e responsabilidades, desconsiderando os adversários que os afrontam com a desconstrução do discurso e da narrativa ilusória da realidade e que não alinham em jogos de bastidores e de permuta de interesses entre forças políticas, como se refere nos textos citados. Daí, também, o causticar da moção de censura que Lagos Com Futuro enquanto movimento plural – e não o seu membro Jorge Ferreira – apresentou ao Senhor Presidente desta Assembleia e da sua mesa, por no seu entender, desde o início do atual mandato autárquico, o mesmo não corresponder ao papel institucional que lhe caberia desempenhar, principalmente o de assegurar o seu regular funcionamento e de dirigir os trabalhos relativos às sessões e reuniões da Assembleia. O que afirmamos sem receio das palavras, dadas as inúmeras situações em que o Senhor Presidente colocou o dever de imparcialidade em relação a todos os seus membros e grupos, bem como os deveres de urbanidade e de reserva em causa. A falta de respeito por essas regras e deveres como Presidente da Mesa e da Assembleia Municipal já foram elencados, forma sintética, no texto da moção de censura, que, em virtude da demissão dos dois secretários da mesa, não chegou a ser discutida nem votada. Tal moção de censura não só é legal e regimentalmente legítima, como constitui um dever de qualquer membro ou força política municipal que pretenda fazer do discurso e da ação política uma realidade de intervenção crítica, de posições claras e desmistificadoras. Com efeito, ao contrário do que alguns procuram inviamente defender, o nosso Regimento diz no seu artº 14º, nº 2, al. f), que constituem direitos dos seus membros, entre outros, o de: “(...) al. f) Apresentar moções ou votos de louvor, censura, congratulação, protesto ou pesar, respeitantes a acontecimentos relevantes ou ações ou omissões dos Órgãos ou agentes da Administração local. (...)” Todavia, ainda assim, não se coibiu o Senhor Presidente da Mesa desta Assembleia de dar grande ênfase público a esta questão, dando uma entrevista ao Correio de Lagos, onde pugnou pela ilegalidade da moção de censura e onde deu largueza de expressão aos seus estados de alma, ao acinte e ao ataque pessoal a alguns dos grupos e membros da Assembleia Municipal, bem como



à mistificação e manipulação dos factos sucedidos e atitudes tomadas pelos Senhores Secretários, esquecendo-se que o fazia, ainda, na qualidade de Presidente desta Assembleia - e não como militante partidário – mostrando e comprovando o acerto da generalidade das críticas feitas na moção de censura. Isto é, mostrando a sua total incapacidade para tratar dos assuntos Assembleia com imparcialidade para com todos os seus grupos e membros e com falta de comedimento e de dever de reserva em relação aos mesmos. Deveres estes, que são inerentes à sua função, dentro ou fora da Assembleia. Na rubrica “Grande Entrevista” afirmou que a moção de censura é absurda e apresentarei a 27 de Junho uma lista para completar o mandato”, acrescentando ainda, que “Logo na noite das demissões tive a oportunidade de lhes agradecer o seu gesto solidário e convidá-los a integrar” essa lista para completar o mandato. Por outras palavras, logo nessa noite o Senhor Presidente tentou mistificar o sucedido e manipular os visados e os eleitores. Pois, não podia ignorar que os Secretários demissionários fizeram questão de concertar essa posição com as forças políticas que representavam e, por isso, se dirigiram às bancadas dos respetivos grupos municipais (Lagos Com Futuro e Partido Social Democrata) de onde apresentaram os seus pedidos de demissão, precisamente por se reverem no sentido geral das críticas constantes da moção de censura e porque se tratou de uma atuação previamente discutida e coordenada dentro das forças políticas por que foram eleitos. Não se bastando com isso, ao invés de retirar as devidas ilações do gesto do Senhores Secretários da Mesa da Assembleia, com ele eleitos na mesma lista, não apresentou, até hoje, como lhe competia e seria corolário da sua vontade de apresentar “uma lista para completar o mandato”, tentando a renovação da legitimidade política para exercer o cargo. Por outro lado, como se estivesse em campanha eleitoral, tratou na referida entrevista de elogiar\todas as forças políticas, com exceção de Lagos Com Futuro, e recorrendo a uma catilinária sem sentido, de ataque pessoal ao líder do seu grupo municipal, numa exibição histriónica de destempero, falta de imparcialidade e de dever de reserva, que reforçam a sua falta de perfil humano e político para presidir e dirigir os trabalhos de uma Assembleia Municipal. De facto, a um Presidente de uma Assembleia Municipal exige-se, não a defesa de uma ideologia ou de uma linha partidária, mas sim, a capacidade de despir qualquer capa político-partidária e de usar de independência, igualdade e de imparcialidade em relação a todos os grupos e membros da Assembleia, tenham eles ideologia ou falta dela. Quem veste e quer continuar a vestir o papel de Presidente de uma Assembleia Municipal não comenta nem julga o modo de funcionar de cada grupo municipal, assim como não julga nem comenta o modo de atuação de qualquer força política municipal, pois, a natureza da função exige-lhe uma postura suprapartidária e o consequente dever de reserva em relação a cada uma dessas forças, posto que, sem esse dever de reserva, coloca em causa os valores da independência e da imparcialidade que lhe são próprios e exigidos. Por outro lado, sabendo nós que o Dr. Paulo Morgado bem como outros membros do partido Socialista, ao longo deste tempo, vieram fazendo abordagens individuais a membros de Lagos Com Futuro e de outras forças políticas com vista a acolher apoio dos mesmos, tudo à revelia das respetivas Direções, mostra o quão afastados andamos



Fl. 70v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

dos valores mais elementares da ética política, a começar pela não ingerência na vida interna das forças políticas adversárias, procurando a sedição e a deslealdade dos seus membros capturando-os para a defesa expressa ou tácita dos seus interesses pessoais no “penacho” e dos interesses de caciquismo hegemónico do Partido Socialista. Concluímos pois, que a entrevista em apreço tornou ainda mais visíveis e notórias as razões porque Lagos Com Futuro – Movimento de Cidadãos Independentes entende que o Dr. Paulo Morgado não reúne perfil pessoal e político para presidir a esta Assembleia Municipal, devendo apresentar a sua demissão e renunciar a apresentar qualquer nova candidatura ao mesmo cargo, em cuja função se mantém há mais de 4 mandatos, devendo antes, em nosso entender, aproveitar para mostrar um gesto de despreendimento e de desapego em relação ao cargo, tendo a generosidade política de dar lugar a que outros possam desempenhar tal função com competência e respeito mais aprofundado pelos referidos valores da Independência, Isenção e da Imparcialidade.”-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse estar convencido de que não iria haver eleição da Mesa, mas sim de Secretários para a mesma, dado que na última reunião da Comissão Permanente, o Sr. Presidente da Mesa não tinha demonstrado disponibilidade para se demitir, tendo-o feito só no início do Ponto, situação que lamentou. Referiu que as circunstâncias que levaram à demissão dos Secretários foram circunstância anómalas, uma vez que a Moção de Censura apresentada pelo Membro da LCF, Jorge Ferreira, não era legal, uma vez que a Assembleia Municipal apenas tem competência legal para apresentar dois tipos de Moções de Censura, uma à Câmara Municipal e outra ao Órgão Intermunicipal, no entanto isso era ultrapassável, o que não foi ultrapassado foi a demissão dos dois Secretários. Disse que o que esperava do Grupo do PS, na abordagem a este Ponto, não era a apresentação de uma Lista, mas sim a colocação à consideração do Plenários se aceitava, ou não, a demissão da Mesa. Informou que estava disposto a votar pela não aceitação da demissão da Mesa, salvaguardando assim o espírito coletivo que existe; com a apresentação de uma Lista por parte do PS, vai ser criada uma situação pouco agradável. Terminou questionando a Mesa se a demissão da mesma podia ou não ser colocada à consideração do Plenário.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse perceber a intervenção do Sr. José Alberto Baptista, mas essa é uma decisão individual, uma vez que ninguém deve ocupar lugares contra a sua vontade.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que os Membros têm a obrigação de cumprirem os cargos para os quais foram eleitos e isso não se estava a verificar.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que, na sua opinião, a votação uninominal é mais democrática do que a eleição por lista, sendo que já na ocasião da eleição da Mesa, no início do Mandato, tinha-se referido a isso. Referiu que a apresentação de um Lista, veta a eleição uninominal. Disse que se no início do Mandato a Mesa tivesse sido eleita uninominalmente, hoje só haveria a necessidade de eleger os Secretários da Mesa. Referiu que o Plenário estava perante um impasse que pouco interesse tinha para a resolução dos problemas dos cidadãos que elegeram os Membros para esta Assembleia Municipal. Para tentar ultrapassar este impasse disse



que o Plenário tinha que decidir a forma como queria fazer a eleição da Mesa, se por Lista ou uninominal; se o Plenário deliberar que é por Lista então qualquer Grupo poderá apresentar uma Lista, se deliberar que a eleição seja uninominal, então os Membros disponibilizar-se-ão, como candidatos, para os cargos da Mesa.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que a Mesa demissionária, tinha sido eleita por Lista, pelo que a Mesa que a irá substituir, terá que ser eleita por Lista, de qualquer maneira a Assembleia Municipal é soberana.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse apoiar uma Mesa o mais pluripartidária possível.---

-----A Sra. Sónia Melo (PS) disse que a Lista apresentada pelo PS pode ser alterada, desde que o nome para Presidente seja o do Sr. Paulo Morgado.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a CDU não tinha sido parte participante na solução da eleição da Mesa no início do Mandato, nem na demissão dos Secretários. Referiu que a CDU não estava disponível para integrar a Mesa da Assembleia Municipal, mas estava disponível para apreciar qualquer proposta apresentada sobre a eleição da Mesa.-----

-----O Sr. José Valentim apresentou a seguinte Proposta: “O Grupo Municipal do PSD propõe como metodologia para a eleição da Mesa da Assembleia Municipal até ao final do presente Mandato Autárquico de 2013/2017, a votação uninominal.”-----

-----A Sra. Sónia Melo (PS) disse que uma vez que apresentou uma Lista a Proposta do PS é a de que a votação para a Mesa seja feita por Lista.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), informou de que iria colocar à votação a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, pelo que se a mesma fosse aprovada a votação seria uninominal, para o caso de ser reprovada a eleição da Mesa seria por Lista.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Proposta, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	1	5	1	0	0	1	8
ABSTENÇÕES	0	0	0	3	1	0	4
VOTOS CONTRA	11	0	2	0	0	0	13

-----**DELIBERAÇÃO N.º 51/AM/2016:**

-----**Reprovado**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Alberto Baptista (TSL): “Entendo, dentro do que disse há pouco que esta nova Mesa deve ser eleita por Lista, porque vem substituir uma que foi eleita por Lista.”-----

-----O Sr. José Santos (BE) apresentou a seguinte Lista para a Mesa da Assembleia Municipal: - Presidente: Paulo Morgado (PS); 1.ª Secretária: Fernando Bernardo (PSD); 2.ª Secretária: Ana Cristina Olivença (PS).-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), disse que os Membros da Mesa, Paulo Morgado (PS) – Presidente, Fernando Bernardo (PSD) – 1.º Secretário e Ana Margarida Martins (LCF) – 2.ª Secretária, estavam disponíveis para irem a votos uninominalmente.-----



Fl. 71v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que o Sr. Presidente da Mesa, como Presidente, deve manter-se como Presidente da Mesa e não tem que interferir na condução da eleição, caso queira intervir terá que o fazer a partir da Bancada do seu Grupo Municipal.-----

-----O Sr. José Santos (BE), dado que a Proposta de eleição uninominal da Mesa, tinha sido reprovada, e partindo do princípio que a Mesa se recandidata, em Lista, disse que estava predisposto a retirar a Lista por si apresentada.-----

-----A Sra. Sónia Melo (PS) disse que a votação uninominal para a Mesa tinha sido rejeitada, pelo que o PS retirava a Lista apresentada se existisse uma nova Lista composta pelos atuais Membros que compõem a Mesa.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) apresentou a seguinte Lista para a Mesa da Assembleia Municipal: - Presidente: Paulo Morgado (PS); 1.ª Secretária: Fernando Bernardo (PSD); 2.ª Secretária: Ana Margarida Martins (LCF). Disse que a Lista apresentada vem no seguimento das suas anteriores intervenções onde disse que é da opinião de que o Plenário não devia aceitar a demissão da Mesa.-----

-----O Sr. José Santos (BE) anunciou a retirada da Lista por si apresentada e disse que ia votar na Lista mais pluripartidária apresentada.-----

-----A Sra. Sónia Melo (PS) perguntou se as pessoas constantes na Lista apresentada pelo Sr. José Alberto Batista, estavam dispostas a aceitar os cargos.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) esclareceu que sim.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL), dirigindo-se aos Secretários da Mesa, disse que o trabalho feito por estes, tem sido ótimo, achando as circunstância pelas quais apresentaram as respetivas demissões, não tinham sido as mais corretas pelo que apelou à aceitação dos cargos sugeridos por si.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa Paulo Morgado (PS), anunciou a disponibilidade dos atuais Membros da Mesa para a constituição de uma Lista, pelo que estava aceita a Lista apresentada pelo Sr. José Alberto Baptista.-----

-----A Sra. Sónia Melo (PS), perante tal informação, retirou a Lista apresentada pelo PS.-----

-----Posto isto procedeu-se à votação da Lista apresenta pelo Grupo Municipal TSL, por escrutínio secreto, tendo-se verificado os seguintes resultados:

	Lista A	Brancos	Nulos	Nº de Votos
MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS	19	5	1	25

-----**DELIBERAÇÃO Nº 51/AM/2016:**

-----**Eleita**, por lista e por escrutínio secreto, a Mesa da Assembleia Municipal até ao final do presente Mandato Autárquico de 2013/2017, com a seguinte composição: Presidente - Paulo José Dias Morgado (PS - Partido Socialista); 1.º Secretário - Fernando Ramos Bernardo (PSD - Partido Social Democrata); 2.ª Secretária - Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (LCF - Lagos com Futuro - Cidadãos Independentes por Lagos).-----

-----**ENTRADA EM FUNÇÕES DA MESA DA ASSEMBLEIA:** De seguida entrou em funções a Mesa da Assembleia Municipal de Lagos acabada de ser eleita.-----



-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, com exceção da que foi tomada por escrutínio secreto, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 29 de junho de 2016, às 20.30 horas, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 2 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 30 minutos, da madrugada do dia 28 de junho de 2016, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (LCF), Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado(PS).-----

.....

.....